

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT  
2ª-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD  
3ª-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV  
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

## SUMÁRIO

- 1 – CONCURSO PÚBLICO**
- 2 – ATAS**
  - 2.1 – Comissões
- 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Comissão
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATAS**



## CONCURSO PÚBLICO

### EDITAL Nº 1/2022

#### Resultado da Análise dos Recursos contra Soma de Notas da Primeira Etapa

**Cód. 101 – Técnico de Apoio Legislativo**

**Cód. 102 – Técnico em Edificações**

**Cód. 103 – Técnico em Eletrônica**

**Cód. 104 – Técnico em Enfermagem**

**Cód. 105 – Técnico em Mecânica**

**Cód. 106 – Técnico em Telecomunicações**

**Cód. 107 – Policial Legislativo Masculino**

**Cód. 108 – Policial Legislativo Feminino**

**Cód. 201 – Procurador**

**Cód. 203 – Analista de Recursos Humanos**

**Cód. 204 – Analista de Sistemas – Área I – Desenvolvimento de Sistemas**

**Cód. 205 – Analista de Sistemas – Área II – Administração de Rede e Suporte Técnico**

**Cód. 206 – Arquiteto**

**Cód. 207 – Arquivista**

**Cód. 208 – Assistente Social**

**Cód. 209 – Bibliotecário**

**Cód. 210 – Consultor Administrativo**

**Cód. 218 – Consultor do Processo Legislativo**

**Cód. 219 – Contador**

**Cód. 220 – Dentista**

**Cód. 221 – Enfermeiro**

**Cód. 222 – Engenheiro de Telecomunicações**

**Cód. 223 – Engenheiro Eletricista**

**Cód. 224 – Engenheiro Mecânico**

**Cód. 225 – Jornalista – Área I – Assessoria de Imprensa e Produção de Multimídia**

**Cód. 226 – Jornalista – Área II – Rádio e Televisão**

**Cód. 227 – Médico do Trabalho**

**Cód. 228 – Programador Visual – Área I – Designer de Produtos Digitais**

**Cód. 229 – Programador Visual – Área II – Designer Gráfico**

**Cód. 230 – Psicólogo**

**Cód. 231 – Redator-Revisor**

**Cód. 232 – Relações Públicas**

A Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público torna público, nos termos do Edital nº 1/2022, o resultado da análise dos recursos apresentados pelos candidatos contra a soma de notas referentes à primeira etapa dos certames citados em epígrafe. Informa, conforme previsto no subitem 11.6.2 do edital, que a fundamentação da decisão sobre os recursos estará disponível para consulta individual do candidato no sítio eletrônico <[www.fumarc.com.br](http://www.fumarc.com.br)>.

<b>Concurso Público Assembleia Legislativa de Minas Gerais – Edital nº 1/2022</b>			
<b>Resultado do Recurso contra a Totalização dos Pontos Obtidos na Prova Objetiva</b>			
<b>Especialidade/Área de Seleção</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Nome Candidato</b>	<b>Parecer</b>
208-AL/Assistente Social	100504	ALEXANDRA SILVA ALMEIDA	Indeferido
107-TL/Policial Legislativo Masculino	154801	ALEXANDRE LANA PINTO	Indeferido
232-AL/Relações Públicas	134602	ALICE MOURA BRAGA	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	134199	ALISSON ANDRADE DA SILVA	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	129544	ALMIR MOREIRA DOS SANTOS	Indeferido
231-AL/Redator-Revisor	218620	AMANDA MENDES CASAL PINHEIRO	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	186663	ANA CLÁUDIA ARANTES MOREIRA MAIA	Indeferido
231-AL/Redator-Revisor	108395	ANA LUIZA MAGALHAES PIRES	Indeferido
205-AL/Analista de Sist/Área II/Adm de Rede e Suporte Técnico	177630	ANA SAMIRA PIMENTA HERNANDEZ	Indeferido
229-AL/Programador Visual/Área II/Designer Gráfico	196597	ANDRÉIA XAVIER MAIA	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	241937	ANTÔNIO SERVULO BATISTA	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	215628	BRUNA LOPES SILVA ROCHA	Indeferido
107-TL/Policial Legislativo Masculino	207558	BRUNO TASCA SANTANA	Indeferido
221-AL/Enfermeiro	235643	CARMELITA ALVES DOS SANTOS CAMILO	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	200854	CECÍLIA FERNANDES DA SILVA	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	261857	CRISTIANE BATISTA MOREIRA DA SILVA ALCÂNTARA ALMEI	Indeferido
232-AL/Relações Públicas	242946	DANIELLA CRISTINA DUARTE DINIZ	Indeferido
209-AL/Bibliotecário	195471	DANILO BIAZUZO	Indeferido
107-TL/Policial Legislativo Masculino	230280	DEIGLES LUÍS GUIEIRO LOPES	Indeferido
107-TL/Policial Legislativo Masculino	190943	DIEGO LUIZ SOARES DE BRITO	Indeferido
107-TL/Policial Legislativo Masculino	102735	DOUGLAS DE OLIVEIRA FERNANDES	Indeferido
107-TL/Policial Legislativo Masculino	112973	EDISON EUSTAQUIO BRAGA JUNIOR	Indeferido
107-TL/Policial Legislativo Masculino	127347	EDUARDO JOSÉ DA SILVA	Indeferido
108-TL/Policial Legislativo Feminino	114565	ELAINE APARECIDA ALVES DIAS SILVA	Indeferido
203-AL/Analista de Recursos Humanos	114918	ELAINE APARECIDA ALVES DIAS SILVA	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	165736	ELAINE CAMPOS CUSTODIO	Indeferido
205-AL/Analista de Sist/Área II/Adm de Rede e Suporte Técnico	229271	FÁBIO VINÍCIUS SILVA ROCHA	Indeferido

232-AL/Relações Públicas	183179	FELIPE COUTO	Indeferido
218-AL/Consultor do Processo Legislativo	206820	FERNANDA ALVES DOS SANTOS SILVA	Indeferido
231-AL/Redator-Revisor	150230	FERNANDA VAZ MORIYA GREGO DUARTE	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	249148	FERNANDO MOREIRA GUEDES	Indeferido
231-AL/Redator-Revisor	241138	FILIPE FERNANDES DE SOUZA	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	226910	GABRIEL ABNER DA SILVA SARMENTO	Indeferido
218-AL/Consultor do Processo Legislativo	100197	GABRIEL GUERRA DUARTE	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	186596	GEOVANNE TADEU DE ALMEIDA SOARES	Indeferido
107-TL/Policial Legislativo Masculino	231542	GETULIO VERNUTO DE OLIVEIRA SOUZA	Indeferido
210-AL/Consultor Administrativo	189786	GILBERTO DE OLIVEIRA LIMA	Indeferido
108-TL/Policial Legislativo Feminino	188990	GISELE DE FATIMA VALADARES AROLD	Indeferido
207-AL/Arquivista	119019	GISELI MILANI SANTIAGO BALBINO	Indeferido
231-AL/Redator-Revisor	220604	GRACINEA IMACULADA OLIVEIRA	Indeferido
218-AL/Consultor do Processo Legislativo	203110	GUSTAVO RIBEIRO BALDIOTI	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	231855	GUTIERREZ ARRUDA SOUZA	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	189823	HORTÊNCIA SANTOS PRADO OLIVEIRA	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	226358	HUGO BERNARDES ARAÚJO	Indeferido
206-AL/Arquiteto	255011	IGOR CAVALCANTI BRANT	Indeferido
201-Procurador	175730	IGOR COELHO ANTUNES RIBEIRO	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	195527	IRIS HELENA BATISTA	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	150376	ISAQUE FERNANDES DA CRUZ	Indeferido
203-AL/Analista de Recursos Humanos	264505	JOÃO GUILHERME FERREIRA ALVES	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	187845	JORDAN DIEGO COSTA MELO	Indeferido
107-TL/Policial Legislativo Masculino	124667	JOSÉ NILTON DA SILVA SANTOS	Indeferido
103-TL/Técnico em Eletrônica	164990	JOSIEL JUNIO MARIANO MARTINS PAICHECO	Indeferido
225-AL/Jornalista/Área I/Assessor Imprensa e Prod.Multimídia	106195	JULIANA DE OLIVEIRA GOMES CIPRIANI	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	100036	JULIANA LIMA DE SOUZA	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	108295	JUSSARA DOS SANTOS MEDEIROS	Indeferido
230-AL/Psicólogo	147326	LAIS PAZ SANTOS	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	190440	LAYLA GABRIELA GOMES GUERRA DOS REIS	Indeferido

107-TL/Policial Legislativo Masculino	252404	LEANDRO MONTEIRO DIAS	Indeferido
218-AL/Consultor do Processo Legislativo	165904	LEONARDO MOREIRA CORREIA	Indeferido
225-AL/Jornalista/Área I/Assessor Imprensa e Prod.Multimídia	116046	LETÍCIA APARECIDA PEREIRA	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	223261	LETÍCIA DRUMMOND REZENDE	Indeferido
208-AL/Assistente Social	152451	LÍDIA XAVIER DOS SANTOS	Indeferido
203-AL/Analista de Recursos Humanos	147420	LÍDICE SILVA COSTA MERCIER	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	148635	LUCAS JEAN VICENTE SU	Indeferido
103-TL/Técnico em Eletrônica	209368	LUCAS MARÇAL DE SOUZA	Indeferido
107-TL/Policial Legislativo Masculino	256007	LUCAS TEIXEIRA SILVA	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	160700	LUCIMARA ENES RESENDE	Indeferido
232-AL/Relações Públicas	112898	LUIZ GUSTAVO PRATA DE ALMEIDA	Indeferido
103-TL/Técnico em Eletrônica	118337	LUIZ NASCIMENTO DOS SANTOS	Indeferido
225-AL/Jornalista/Área I/Assessor Imprensa e Prod.Multimídia	131459	LYS APOLINÁRIO REIS	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	153530	MARCELO DE SOUSA RIBEIRO	Indeferido
107-TL/Policial Legislativo Masculino	103174	MARCOS ANTONIO DA SILVA	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	189265	MARIA LUCI GONÇALVES DA SILVA	Indeferido
231-AL/Redator-Revisor	118708	MARY LUCY SILVA TORRES	Indeferido
107-TL/Policial Legislativo Masculino	102310	MATHEUS BARBOSA BANDEIRA	Indeferido
108-TL/Policial Legislativo Feminino	120747	NATÁLIA NEIVA FERREIRA	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	123521	NATHÁLIA BAETA ZANATTA	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	178471	PAULA FERREIRA TELES	Indeferido
107-TL/Policial Legislativo Masculino	162923	PEDRO FALCI CARDOSO	Indeferido
218-AL/Consultor do Processo Legislativo	123962	RAIANA LOPES PASSOS	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	124153	RAIANA LOPES PASSOS	Indeferido
203-AL/Analista de Recursos Humanos	221140	RAIMUNDO OLIVEIRA BRAGA FILHO	Indeferido
218-AL/Consultor do Processo Legislativo	122969	RAINER VINICIUS SARAN	Indeferido
210-AL/Consultor Administrativo	162618	RENATA ROSA COSTA	Indeferido
107-TL/Policial Legislativo Masculino	141056	RIBAMAR DO CARMO MARTINS	Indeferido
203-AL/Analista de Recursos Humanos	100274	RICHELE DOS SANTOS CHAGAS ASSIS	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	159423	RODRIGO ROCHA FURTADO	Indeferido

218-AL/Consultor do Processo Legislativo	232203	RONALDO RODRIGUES ROCHA	Indeferido
209-AL/Bibliotecário	149883	ROSANA FERNANDES PACHECO DE SOUZA	Indeferido
227-AL/Médico do Trabalho	238970	ROSENI FATIMA NORBERTO	Indeferido
102-TL/Técnico em Edificações	201727	ROSIMAR APARECIDA GONZAGA BORGES	Indeferido
107-TL/Policial Legislativo Masculino	144588	TALISSON GONÇALVES DE ALMEIDA	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	207101	TATIANE FERNANDA SILVA SANTOS	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	185619	TIAGO OLIVEIRA FRANCA	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	109689	USTANE MOREIRA PUTTINI BARBOSA	Indeferido
108-TL/Policial Legislativo Feminino	108879	VALÉRIA AGUIAR MERCÊS ALBUQUERQUE	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	107587	VÂNIA DE ASSIS PEREIRA	Indeferido
218-AL/Consultor do Processo Legislativo	181001	VERÔNICA ILDEFONSO CUNHA COUTINHO	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	245117	VICTOR HUGO DE BARROS CABRAL	Indeferido
229-AL/Programador Visual/Área II/Designer Gráfico	166978	VITOR AMARO LACERDA	Indeferido
107-TL/Policial Legislativo Masculino	233484	WALACE ALVES SILVA	Indeferido
207-AL/Arquivista	104478	WELLINGTON DE OLIVEIRA VIEIRA	Indeferido
203-AL/Analista de Recursos Humanos	115638	WELLINGTON SCHNEIDER MACIEL	Indeferido
101-TL/Técnico de Apoio Legislativo	186308	WILLIANDERSON SANTOS MIRANDA	Indeferido

**Correção das Provas de Segunda Etapa de Nível Médio****Cód. 101 – Técnico de Apoio Legislativo****Cód. 102 – Técnico em Edificações****Cód. 103 – Técnico em Eletrônica****Cód. 104 – Técnico em Enfermagem****Cód. 105 – Técnico em Mecânica****Cód. 106 – Técnico em Telecomunicações**

A Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público torna definitivos os resultados preliminares publicados no *Diário do Legislativo* de 4/4/2023 para as especialidades citadas em epígrafe. Informa, nos termos do subitem 9.3 e da Tabela IX do Edital nº 1/2022, que terão as provas de segunda etapa corrigidas os candidatos a seguir relacionados:

Cód. 101 – Técnico de Apoio Legislativo – Do 1º ao 1.490º colocado na lista geral e do 1º ao 108º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 102 – Técnico em Edificações – Do 1º ao 95º colocado na lista geral e o 1º ao 2º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 103 – Técnico em Eletrônica – Do 1º ao 195º colocado na lista geral e do 1º ao 6º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 104 – Técnico em Enfermagem – Do 1º ao 52º colocado na lista geral e do 1º ao 4º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 105 – Técnico em Mecânica – Do 1º ao 42º colocado na lista geral e o 1º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 106 – Técnico em Telecomunicações – Do 1º ao 36º colocado na lista geral e do 1º ao 2º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

**Convocação Para a Prova de Segunda Etapa****Cód. 107 – Policial Legislativo Masculino****Cód. 108 – Policial Legislativo Feminino**

A Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público torna definitivos os resultados preliminares publicados no *Diário do Legislativo* de 4/4/2023 para as especialidades citadas em epígrafe. Convoca, nos termos dos subitens 9.4 e 17.1.2.1 e da Tabela IX do Edital nº 1/2022, para a segunda etapa – Avaliação de Condicionamento Físico por Testes Específicos os candidatos a seguir relacionados:

Cód. 107 – Policial Legislativo Masculino – Do 1º ao 365º colocado na lista geral e do 1º ao 34º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 108 – Policial Legislativo Feminino – Do 1º ao 96º colocado na lista geral e do 1º ao 5º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

**Convocação Para a Prova de Segunda Etapa****Cód. 201 – Procurador****Cód. 203 – Analista de Recursos Humanos****Cód. 204 – Analista de Sistemas – Área I – Desenvolvimento de Sistemas****Cód. 205 – Analista de Sistemas – Área II – Administração de Rede e Suporte Técnico****Cód. 206 – Arquiteto****Cód. 207 – Arquivista****Cód. 208 – Assistente Social****Cód. 209 – Bibliotecário****Cód. 210 – Consultor Administrativo****Cód. 218 – Consultor do Processo Legislativo****Cód. 219 – Contador****Cód. 220 – Dentista****Cód. 221 – Enfermeiro****Cód. 222 – Engenheiro de Telecomunicações****Cód. 223 – Engenheiro Eletricista****Cód. 224 – Engenheiro Mecânico****Cód. 225 – Jornalista – Área I – Assessoria de Imprensa e Produção de Multimídia****Cód. 226 – Jornalista – Área II – Rádio e Televisão****Cód. 227 – Médico do Trabalho****Cód. 228 – Programador Visual – Área I – Designer de Produtos Digitais****Cód. 229 – Programador Visual – Área II – Designer Gráfico****Cód. 230 – Psicólogo****Cód. 231 – Redator-Revisor****Cód. 232 – Relações Públicas**

A Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público torna definitivos os resultados preliminares publicados no *Diário do Legislativo* de 4/4/2023 para as especialidades citadas em epígrafe. Convoca, nos termos do subitem 9.5 e da Tabela IX do Edital nº 1/2022, para a segunda etapa os candidatos a seguir relacionados:

Cód. 201 – Procurador – Do 1º ao 224º colocado na lista geral e do 1º ao 19º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 203 – Analista de Recursos Humanos – Do 1º ao 118º colocado na lista geral e do 1º ao 7º colocado da lista de candidatas com deficiência – PCD



Cód. 204 – Analista de Sistemas – Área I – Do 1º ao 252º colocado na lista geral e do 1º ao 4º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 205 – Analista de Sistemas – Área II – Do 1º ao 68º colocado na lista geral e o 1º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 206 – Arquiteto – Do 1º ao 51º colocado na lista geral e do 1º ao 3º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 207 – Arquivista – Do 1º ao 54º colocado na lista geral e o 1º o 2º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 208 – Assistente Social – Do 1º ao 55º colocado na lista geral e do 1º ao 4º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 209 – Bibliotecário – Do 1º ao 222º colocado na lista geral e do 1º ao 7º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 210 – Consultor Administrativo – Do 1º ao 279º colocado na lista geral e do 1º ao 25º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 218 – Consultor do Processo Legislativo – Do 1º ao 295º colocado na lista geral e do 1º ao 30º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 219 – Contador – Do 1º ao 104º colocado na lista geral e do 1º ao 5º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 220 – Dentista – Do 1º ao 111º colocado na lista geral e o 1º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 221 – Enfermeiro – Do 1º ao 63º colocado na lista geral e do 1º ao 5º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 222 – Engenheiro de Telecomunicações – Do 1º ao 17º colocado na lista geral

Cód. 223 – Engenheiro Eletricista – Do 1º ao 57º colocado na lista geral e o 1º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 224 – Engenheiro Mecânico – Do 1º ao 52º colocado na lista geral

Cód. 225 – Jornalista – Área I – Assessoria de Imprensa e Produção de Multimídia – Do 1º ao 164º colocado na lista geral e do 1º ao 5º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 226 – Jornalista – Área II – Rádio e Televisão – Do 1º ao 228º colocado na lista geral e do 1º ao 15º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 227 – Médico do Trabalho – Do 1º ao 65º colocado na lista geral

Cód. 228 – Programador Visual – Área I – Designer de Produtos Digitais – Do 1º ao 78º colocado na lista geral e o 1º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 229 – Programador Visual – Área II – Designer Gráfico – Do 1º ao 97º colocado na lista geral e do 1º ao 6º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 230 – Psicólogo – Do 1º ao 59º colocado na lista geral e o 1º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 231 – Redator-Revisor – Do 1º ao 395º colocado na lista geral e do 1º ao 30º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD

Cód. 232 – Relações Públicas – Do 1º ao 102º colocado na lista geral e o 1º colocado da lista de candidatos com deficiência – PCD



ATAS

### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 28/3/2023**

Às 16h18min, comparecem à reunião os deputados Mauro Tramonte, Bosco e Grego da Fundação, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Mauro Tramonte, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 358/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer a realização de fórum técnico para debater sobre a internacionalização da gastronomia mineira;

nº 359/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a importância da cachaça mineira na gastronomia e no turismo do Estado;

nº 360/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater o destaque do vinho mineiro e seu potencial de atração para o turismo gastronômico no Estado;

nº 363/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater os desafios orçamentários e estruturais dos destinos turísticos do Estado;

nº 401/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Município de Belo Horizonte pelo sucesso na organização e realização do Carnaval 2023, que atraiu milhões de turistas para a capital mineira;

nº 409/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a relevância do café para a gastronomia e o turismo do Estado;

nº 566/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a inclusão de Belo Horizonte entre os principais destinos do Carnaval do País e os desafios para os blocos e cadeia produtiva do turismo e gastronomia local para os próximos anos;

nº 567/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater as riquezas das quitandas mineiras para o desenvolvimento da gastronomia no Estado;

nº 669/2023, da deputada Leninha, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Desenvolvimento Turístico Integrado e Sustentável da Cordilheira do Espinhaço.;

nº 756/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater o turismo religioso no Estado;

nº 786/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.976/2021, que dispõe sobre o projeto Descentra Cultura, de extrema relevância para a cultura, o turismo e a gastronomia do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2023.

Mauro Tramonte, presidente – Bosco.

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 30/3/2023**

Às 9h45min, comparecem à reunião os deputados Marquinho Lemos, Ricardo Campos e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Mauro Tramonte. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marquinho Lemos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 746/2023, do deputado Marquinho Lemos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a abolição inacabada da escravidão no Brasil após 135 anos da entrada em vigor da Lei Áurea;

nº 758/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Saúde – SES –, ao Comitê de Orçamentos e Finanças – Cofin – e à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pedido de providências com relação à situação que está ocorrendo na Macrorregional de Leitos de Montes Claros, atentando-se para o provimento imediato dos recursos humanos necessários à manutenção da assistência no Hospital Universitário Clemente de Faria, da Unimontes, uma vez que a redução de 37 leitos desse hospital, provocada pela diminuição da equipe de profissionais de nível médio e superior, ocasionou a sobrecarga dos remanescentes, prejudicando gravemente o atendimento à população, inclusive crianças;

nº 863/2023, das deputadas Lohanna, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Bella Gonçalves, Leninha, Macaé Evaristo e Ana Paula Siqueira e dos deputados Betão, Celinho Sintrocel, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Leleco Pimentel, Lucas Lasmar, Luizinho, Mário Henrique Caixa, Marquinho Lemos, Professor Cleiton, Ricardo Campos e Ulysses Gomes, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a necessidade de concessão de benefício ou incentivo fiscal, especialmente relativos ao ICMS, incidentes sobre as operações internas de saída de material reciclável oriundo de catadoras e catadores ou de associações por eles formadas;

nº 877/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para a realização de leilões com vistas à alienação de veículos apreendidos que estão nos pátios de Manga e Itacarambi;

nº 883/2023, dos deputados Ricardo Campos, Leleco Pimentel e Marquinho Lemos, em que requerem seja encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja recepcionado por esta Casa o Seminário Nacional de Elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPA – federal, coordenado pela Secretaria Nacional de Planejamento – Seplan – do Ministério do Planejamento e Orçamento, que tem como objetivo disseminar conhecimento para a correta aplicação da metodologia que viabilizará a construção do PPA 2024-2027 com objetivos, metas e indicadores viáveis e os meios necessários para que o governo alcance os resultados pretendidos;

nº 884/2023, dos deputados Ricardo Campos, Leleco Pimentel, Marquinho Lemos e Mauro Tramonte, em que requerem seja encaminhado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – e ao Ministério da Previdência Social pedido de providências para que seja garantida a manutenção da agência do INSS em Espinosa, que atende a mais de 40 mil beneficiários, uma vez que o contrato

de aluguel do imóvel onde funciona a agência está por encerrar e houve sinalização do proprietário pela não renovação do contrato locatício.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2023.

Marquinho Lemos, presidente – Doutor Jean Freire – Ricardo Campos – Lohanna – Leleco Pimentel.

#### **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 30/3/2023**

Às 11h39min, comparecem à reunião os deputados Adriano Alvarenga, Eduardo Azevedo e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adriano Alvarenga, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 3.725/2022 (relator: deputado Adriano Alvarenga). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 600/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 784/2023, dos deputados Leleco Pimentel e Adriano Alvarenga, em que requerem seja realizada audiência pública, no Município de Ouro Preto, para debater, em conjunto com a Comissão de Participação Popular, os impactos da privatização dos serviços de saneamento básico prestados pelo consórcio Saneouro desde 2020, tanto em termos de qualidade dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário quanto em relação aos valores das tarifas exorbitantes cobradas dos usuários;

nº 817/2023, do deputado Douglas Melo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a baixa qualidade dos serviços de telefonia móvel prestados pelas operadoras de telefonia móvel no Estado, os impactos na população e as possíveis soluções;

nº 818/2023, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à empresa Vivo pedido de providências para melhoria do sinal de telefonia móvel e de internet no Município de Olhos d'Água.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2023.

Adriano Alvarenga, presidente – Douglas Melo – Eduardo Azevedo – Elismar Prado.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 3/4/2023**

Às 10h12min, comparecem à reunião a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Roberto Andrade, Vitório Júnior e Bim da Ambulância, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados João Vítor Xavier, Noraldino Júnior, Coronel Henrique e Doorgal Andrada. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições

da comissão e, em audiência pública, debater o sistema aeroportuário da Região Metropolitana de Belo Horizonte, inclusive o curto prazo que as concessionárias do aeródromo, a escola de aviação e as empresas vocacionadas à aviação têm para interromper as atividades no Aeroporto Carlos Prates e os impactos dessa desmobilização para o desenvolvimento econômico de Belo Horizonte e de Minas Gerais. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Laysa Peixoto Sena Lage, estudante do Curso de Piloto-astronauta em formação no Carlos Prates; e Greyce de Queiroz Elias, deputada federal, e os Srs. Fabio Alexandre Sacioto, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg –, representando o presidente; Aaron Duarte Dalla, subsecretário de Transportes e Mobilidade da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, representando o secretário; Cláudio Jorge da Silva, proprietário da Claro, empresa de manutenção de helicópteros; Sergio Kennedy Soares Freitas, assessor da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero –, representando Paula Rocha Fernandes; Estevan Lopes Velasquez, presidente da Associação Voa Prates; Henrique Vianna, aluno do curso de Ciências Aeronáuticas da Fumec; Geovanne Gualberto Teles, vice-presidente de Assuntos Econômicos da Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL BH –, o presidente; e Rafael Pereira Scherre, diretor do Departamento de Outorgas, Patrimônio e Políticas Regulatórias Aeroportuárias da Secretaria Nacional de Aviação Civil, representando o secretário nacional substituto. O presidente, coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e passa a palavra à deputada Ana Paula Siqueira, coautora.. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 929/2023, do deputado Vitório Júnior, em que requer seja realizada visita ao Ministério dos Portos e Aeroportos, em Brasília, para discutir, com o ministro Márcio França, a situação do Aeroporto Carlos Prates;

nº 930/2023, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para a manutenção das operações do Aeroporto Carlos Prates, com a finalidade de permitir que os alunos de Ciências Aeronáuticas, inclusive os com contratos já firmados, concluam sua formação universitária e profissional;

nº 931/2023, dos deputados Vitório Júnior e Noraldino Júnior, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que o Aeroporto Carlos Prates seja mantido em operação, por sua importância para a formação de pilotos, manutenção de aeronaves e combate a incêndios, entre outras finalidades;

nº 932/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao ministro da Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os impactos da suspensão das atividades do Aeroporto Carlos Prates sobre as operações da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais;

nº 933/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os impactos da suspensão das atividades do Aeroporto Carlos Prates sobre as operações do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Militar e da Polícia Civil;

nº 934/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os impactos da suspensão das atividades do Aeroporto Carlos Prates sobre a operação do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Militar e da Polícia Civil;

nº 935/2023, dos deputados Vitório Júnior, Noraldino Júnior, Doorgal Andrada e Bim da Ambulância, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja manifestado ao Ministério da Infraestrutura o interesse do governo do Estado em assumir por 12 meses a operação do Aeroporto Carlos Prates, enquanto se buscam saídas que resguardecem as atividades de formação profissional, manutenção de aeronaves e demais atividades desenvolvidas nesse espaço; e seja

tornado sem efeito o ofício Seinfra/DTA nº 27/2023, de 14 de março de 2023, enviado ao Secretário Nacional de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura, que manifesta o desinteresse do governo estadual em assumir a operação do aeroporto;

nº 989/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizado debate público sobre os impactos da atividade do Aeroporto Carlos Prates, na perspectiva dos moradores de Belo Horizonte, bem como sobre o impacto da suspensão de sua operação para o desenvolvimento regional, social e econômico de Minas Gerais, dada sua importância no sistema aeroportuário estadual.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2023.

Roberto Andrade, presidente – José Laviola – Rodrigo Lopes.

#### **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 11/4/2023**

Às 9h43min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Eduardo Azevedo e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Secretaria-Geral do Estado de Minas Gerais (três ofícios em 27/1/2023); da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (um ofício em 20/1/2023; dois ofícios em 27/1/2023; e dois ofícios em 4/2/2023); da Polícia Militar de Minas Gerais (três ofícios em 14/1/2023 e um ofício em 4/2/2023); do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (três ofícios em 13/1/2023); e da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (dois ofícios em 13/1/2023). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 954/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça da Comarca de Campos Gerais pedido de providências para instauração de inquérito civil com o objetivo de apurar relatos feitos pelo Sr. Jovane de Souza Moreira, produtor rural do Município de Campo do Meio, quanto ao exercício simultâneo de cargo público e atividade sindical pelo Sr. Sílvio Cardoso Rabelo, o que configuraria ilícito previsto na Lei Federal nº 8.429, de 1992;

nº 963/2023, da deputada Alê Portela, em que requer seja realizada audiência pública para debater o abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes;

nº 1.013/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que seja concedida promoção por ato de bravura ao Cb. PM Leandro José de Resende, pela exitosa e corajosa atuação em 6/3/2023, em Lagoa Dourada, quando salvou a vida de uma pessoa, que, em surto psicótico, tentou autoextermínio pulando em um açude;

nº 1.014/2023, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja realizada audiência pública para debater a segurança pública e a defesa civil nos sistemas de ensino público e privado do Estado;

nº 1.043/2023, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para reforçar e intensificar as ações preventivas de segurança e policiamento nas escolas dos municípios do Estado, diante dos atos atentatórios à vida e integridade física de alunos e professores noticiados recentemente e da verificação de ameaças de ocorrências similares por meio das redes sociais;

nº 1.046/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Poder Executivo pedido de providências para que seja enviado a esta Casa projeto de lei complementar que trate de todas as carreiras vinculadas à Polícia Penal de Minas Gerais;

nº 1.048/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a segurança nas escolas públicas e privadas no Estado;

nº 1.051/2023, dos deputados Gustavo Santana, Sargento Rodrigues e Bruno Engler, da deputada Delegada Sheila e do deputado Caporezzo, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Educação e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para a contratação urgente de serviços de vigilância armada nas escolas públicas do Estado, para controle e segurança de acesso no ambiente escolar (Emendado pelo deputado Sargento Rodrigues.);

nº 1.054/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao Comitê de Orçamentos e Finanças – Cofin – e à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que todos os excedentes no certame regido pelo Edital nº 2/2021 sejam convocados para uma nova turma do Curso de Formação Técnico-Profissional, imediatamente após a formação dos 2.497 candidatos relacionados em lista oficial publicada no dia 5/4/2023, medida essencial ao enfrentamento do déficit de efetivo, além de evitar o fechamento de novas unidades prisionais;

nº 1.055/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamentos e Finanças – Cofin – e, especialmente, à Secretária de Planejamento e Gestão, pedido de informações sobre a viabilidade de uma terceira turma do Curso de Formação Técnico-Profissional antes da homologação do concurso público regido pelo Edital Sejusp nº 2/2021, contemplando-se, assim, todos os candidatos excedentes no certame;

nº 1.056/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o atual quadro de efetivo do Sistema Penitenciário do Estado, especialmente o número de policiais penais efetivos existente; o número de agentes de segurança penitenciários efetivos existente; o número de servidores contratados, bem como as vacâncias apuradas desde a publicação do Edital nº 2/2021 até a presente data;

nº 1.057/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para debater com a Polícia Civil alternativas para o cumprimento da Lei nº 14.541, de 2023, que garante o funcionamento ininterrupto das delegacias especializadas de atendimento à mulher – Deams – 24 horas por dia, todos os dias da semana, e foi sancionada em 4/4/2023 pelo presidente da República;

nº 1.066/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências com vistas a promover campanha nas escolas estaduais e nas superintendências regionais de ensino e criar grupos de trabalho nas comunidades escolares para monitoramento das redes sociais e para o envio de denúncias sobre conteúdos de apologia à violência e ameaças às escolas ou alunos publicados na internet ao Ministério da Justiça, uma vez que o citado ministério exigirá que as plataformas criem canais abertos e ágeis para atendimento de solicitações oriundas de autoridades competentes para retirada imediata do conteúdo;

nº 1.067/2023, dos deputados Sargento Rodrigues, Eduardo Azevedo e Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG –, à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG –, à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para criar, de forma integrada, plataforma digital que permita o recebimento e monitoramento de denúncias de apologia à violência e ameaças ao ambiente escolar publicadas nas redes sociais e, com base nesse monitoramento, criar políticas públicas de segurança escolar.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente – Professor Cleiton – Eduardo Azevedo.

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 11/4/2023**

Às 14h35min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados João Magalhães, Roberto Andrade, Professor Cleiton e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios do diretor-presidente da Codemge, Thiago Toscano, recebido por e-mail em 5/4/23, encaminhando o Ofício Codemge/PRES nº 80/2023, referente à suspensão da licitação do Parque das Águas de Caxambu; e da Câmara Municipal de Caeté, solicitando a adoção de medidas com vistas à cessão de imóvel de propriedade do Estado para implantação de programas sociais por essa câmara, publicado no *Diário Legislativo* em 6/4/2023. Comunica também o recebimento de mensagens, por meio do Fale com as comissões, dos Srs. Leonardo Pinto Monteiro, indagando sobre o valor pago pelo governo de Minas mensalmente à Minas Arena em relação ao contrato em vigor e se há alguma iniciativa da Assembleia para que seja realizada alguma ação a fim de evitar que mais dinheiro da população seja jogado no lixo; Thiago Augusto Rafael de Miranda, solicitando a correção no Projeto de Lei nº 358/2023, com relação à Polícia Penal, órgão com autonomia e subordinação ao governador conforme proposta de emenda constitucional aprovada por unanimidade nessa casa; Jerônimo Rodrigues Coelho, solicitando apoio para a não aprovação do Projeto de Lei nº 358/2023, para preservar a autonomia da Polícia Penal; Bruno Souza de Lana, demonstrando preocupação com a aprovação do Projeto de Lei nº 358/2023; e Marcelo Batista de Moraes, demonstrando preocupação com o Projeto de Lei nº 358/2023, uma vez que está incompatível com a Emenda Constitucional nº 111, de 2022 e com a simetria estabelecida pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019, as quais criaram a Polícia Penal com autonomia e subordinação ao governador. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 358/2023, no 2º turno, do qual designou como relator o deputado João Magalhães. Registra-se a presença da deputada Nayara Rocha e dos deputados Rodrigo Lopes e Gustavo Valadares. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres pela aprovação, no 1º turno: dos Projetos de Lei Complementar nºs 80/2022 (relator: deputado Roberto Andrade) na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça e 9/2023 (designado relator: dep. João Magalhães) na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça; e dos Projetos de Lei nºs 2.692/2021 (relator: deputado Sargento Rodrigues) na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça; 3.351/2021 (designada relatora: deputada Nayara Rocha) na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça; 3.369/2021 (designada relatora: deputada Nayara Rocha) na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça; 3.450/2022 (designado relator: deputado Professor Cleiton) na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça; 3.591/2022 (designado relator: deputado Rodrigo Lopes) na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça e 397/2023 (designado relator: deputado João Magalhães) com a Emenda nº 1. O Projeto de Lei nº 4.083/2022 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Registra-se a saída do deputado Professor Cleiton e a presença da deputada Bella Gonçalves. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 584 (registrando-se o voto contrário do deputado Sargento Rodrigues), 644, 700, 782 a 787 e 817/2023 e rejeitados os Requerimentos nºs 585 (registrando-se o voto contrário das deputadas Beatriz Cerqueira, Nayara Rocha, Bella Gonçalves e dos deputados Roberto Andrade e Rodrigo Lopes), 597 (registrando-se o voto contrário das deputadas Beatriz Cerqueira, Nayara Rocha, Bella Gonçalves e dos deputados



Roberto Andrade e Rodrigo Lopes) e 645/2023 (registrando-se o voto contrário da deputada Nayara Rocha e dos deputados Roberto Andrade, Sargento Rodrigues e Rodrigo Lopes). O deputado Sargento Rodrigues retira-se do local após a votação do Requerimento nº 645/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 952/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira e Bella Gonçalves e dos deputados Professor Cleiton e Cristiano Silveira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 71/2021, que altera os arts. 139 e 140 da Constituição do Estado, retirando da Polícia Civil de Minas Gerais a competência para exercer atividade relacionada a trânsito, tendo em vista a alteração da política de prestação de serviços públicos contida na proposta;

nº 1.061/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater aspectos da reorganização da estrutura do Estado contidos na Reforma Administrativa do Estado, conforme Projeto de Lei nº 358/2023.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 737/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre os motivos e fundamentos legais que ensejaram a deflagração do processo licitatório estabelecido pelo Edital do Pregão Eletrônico nº 500-H17197, 21, cujo objeto é a alienação de 21 imóveis localizados no Estado, distribuídos em 21 lotes, conforme descrito no referido edital, enviando-se a esta Casa cópia integral do referido processo licitatório, incluídas todas as suas fases (Fase 1 – preparatória; Fase 2 – de divulgação do edital de licitação; Fase 3 – de apresentação de propostas e lances; Fase 4 – de julgamento; Fase 5 – de habilitação; Fase 6 – recursal; e Fase 7 – de homologação), e cópia dos laudos de avaliação de todos os imóveis objetos de alienação por meio do mencionado pregão eletrônico;

nº 751/2023, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o número de agentes de endemia em exercício no Estado, tendo em vista a confirmação de epidemias de dengue e de chikungunya em Minas Gerais, e sobre o plano de saneamento, enfrentamento e combate a essa epidemia, a fase de execução em que ele se encontra e as ações propostas para o controle da proliferação do mosquito *Aedes aegypti*;

nº 759/2023, do deputado Ricardo Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Saúde – SES –, à secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, ao Comitê de Orçamentos e Finanças – Cofin – e à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – pedido de providências com relação à situação que está ocorrendo na Macrorregional de Leitos de Montes Claros, atentando-se para o provimento imediato dos recursos humanos necessários à manutenção da assistência no Hospital Universitário Clemente de Faria, da Unimontes, uma vez que a redução de 37 leitos desse hospital, provocada pela diminuição da equipe de profissionais de nível médio e superior, ocasionou a sobrecarga dos remanescentes, prejudicando gravemente o atendimento à população, inclusive crianças;

nº 807/2023, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater o fortalecimento da Uemg;

nº 842/2023, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja realizada audiência pública para debater a eventual lesividade para o erário de Minas Gerais do contrato firmado entre o Estado e a Minas Arena para a gestão do Estádio do Mineirão;

nº 928/2023, do deputado João Magalhães, em que requer sejam encaminhadas à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ouro Preto as notas taquigráficas da audiência pública realizada na 2ª Reunião Ordinária da comissão, em 14 de março de 2023, bem como o *link* da página no Portal da Assembleia Legislativa relativo aos desdobramentos para acompanhamento de todos os documentos recebidos pela referida comissão em resposta aos pedidos encaminhados na audiência;

nº 948/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao superintendente Regional de Meio Ambiente – Central Metropolitana, em Belo Horizonte, pedido de informações sobre a fiscalização, pelo órgão, do cumprimento das condicionantes relativas aos empreendimentos das mineradoras Vale, Gerdau, CSN e Ferro Mais, no Município de Congonhas;

nº 967/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para a realização de estudos sobre a qualidade da água no entorno da Fazenda São Francisco, no Município de Grão-Mogol, especialmente dos Córregos Jiboia, dos Bois, Lamarão, Vacarias e seus afluentes;

nº 968/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao superintendente regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Leste de Minas, em Montes Claros, pedido de informações sobre a existência de licença ambiental concedida às empresas AJR Energética Ltda. e Florestaminas Florestamentos Minas Gerais S.A. para carvoejamento na Fazenda São Francisco, no Município de Grão-Mogol; em caso positivo, sobre as características do empreendimento, os documentos que instruem o processo e eventuais condicionantes e informações sobre o cumprimento dessas condicionantes; sobre o reconhecimento, pela superintendência de que é titular, da presença de comunidades tradicionais no entorno do empreendimento em questão; e sobre a observância do direito de consulta prévia, livre e informada, nos termos da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho – OIT –, a essas populações, especialmente a comunidade geraizeira do núcleo de Lamarão;

nº 969/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com os órgãos competentes, possível desvio de finalidade, bem como a motivação administrativa e a legalidade de obra pública de construção de uma estrada, pela Prefeitura Municipal de Serro, em território tradicional quilombola em conflito com a atividade minerária;

nº 971/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para a realização periódica de estudos detalhados da qualidade das águas que abastecem os moradores do Bairro Pires, no Município de Congonhas;

nº 972/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de providências para a realização de estudos sobre a qualidade do ar na Fazenda São Francisco e seu entorno, no Município de Grão-Mogol, tendo em vista a forte presença de monocultura de eucalipto e carvoarias, que têm impactado significativamente os modos de vida tradicionais e extrativistas do povo geraizeiro;

nº 973/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com as autoridades competentes e os demais interessados, os impactos decorrentes da construção do novo sistema de captação de água no Rio Paraopeba, no Distrito de Ponte das Almorreimas, em Brumadinho, bem como as violações de direitos sofridas pela comunidade nos processos de desapropriação realizados em razão do Decreto nº 464, de 11 de setembro de 2019;

nº 974/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada visita ao Distrito de Ponte das Almorreimas, no Município de Brumadinho, para verificar o andamento das obras de construção do novo sistema de captação de água no Rio Paraopeba, executada pela mineradora Vale S.A., em decorrência dos danos provocados pelo rompimento da barragem do Córrego de Feijão;

nº 975/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – e à Ferro Mais Mineração S.A., ambas no Município de Congonhas, pedido de providências para que seja prevenida a reincidência de acidentes na adutora que abastece os moradores do Bairro Pires, nesse município; para que seja elaborado um plano de emergência hídrica a fim de mitigar eventuais danos e impedir a repetição de episódios como os que ocorreram nos dias 3 e 9 de março de 2023, nos quais a população ficou desabastecida de água potável por vários dias, sem a devida assistência e reparação pelas empresas poluidoras; e para que sejam garantidos canais de diálogos efetivos e permanentes com a população sobre intervenções e obras que serão realizadas no território do referido bairro e nas adjacências;

nº 977/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para, com brevidade, cumprir o disposto na Lei nº 24.260, de 26/12/2022, especialmente no que tange ao § 2º do art. 1º, *in verbis*: “Art. 1º – O Poder Executivo divulgará, até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano, o percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração de seus servidores, a que se refere o disposto no inciso X do art. 37 da Constituição da República, relativo ao exercício anterior. (...) § 2º – As informações a que se refere o *caput* serão enviadas pelo Poder Executivo à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano, por meio de comunicação oficial”;

nº 996/2023, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG em Belo Horizonte pedido de providências para que garanta a esta Comissão participação ativa em eventuais discussões sobre a revisão do contrato de parceria público-privada firmado entre o Poder Executivo e a Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. para a operação, gestão e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão;

nº 998/2023, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências com vistas à revisão do contrato de parceria público-privada firmado entre o Poder Executivo e a Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. para a operação, gestão e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão;

nº 999/2023, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – pedido de providências com vistas à revisão do contrato de parceria público-privada firmado entre o Poder Executivo e a Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. para a operação, gestão e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão;

nº 1.000/2023, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – em Belo Horizonte pedido de providências para que realize auditoria do contrato parceria público-privada firmado entre o Poder Executivo e a Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. para a operação, gestão e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto – Mineirão;

nº 1.001/2023, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG – pedido de providências para que seja aberta a mesa de negociação com o fim de analisar o contrato da PPP do Mineirão e propor aprimoramentos ao atual modelo de gestão do estádio;

nº 1.059/2023, das deputadas Bella Gonçalves, Beatriz Cerqueira e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à Câmara Municipal de Belo Horizonte – CMBH – pedido de providências para que se inclua a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – tanto nas discussões relativas à análise da revisão do Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, quanto na municipalização, destinação e elaboração de projetos para a área do Aeroporto Carlos Prates;

nº 1.060/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao Ministério de Portos e Aeroportos pedido de providências para que se preste suporte célere aos aviadores, proprietários de aeronaves, alunos e demais profissionais da aviação civil por meio da indicação de aeroporto substituto, ou a ampliação de campos de voo, visando amenizar os impactos causados pela desativação do Aeroporto Carlos Prates em Belo Horizonte, tendo em vista a decisão que determinou sua desativação e a necessidade de se dar nova destinação e função social à referida área;

nº 1.062/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que sejam preservadas as atividades esportivas que atualmente têm espaço no Aeroporto Carlos Prates;

nº 1.063/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira e Bella Gonçalves e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado ao prefeito municipal de Ouro Preto e ao ministro dos Portos e Aeroportos pedido de informações sobre a atual situação dos estudos para a implantação do Aeroporto Regional dos Inconfidentes, no Distrito de Casa Branca/Glaura, no Município de Ouro Preto, consubstanciadas nas perspectivas de sua evolução, nos estudos de impactos sociais, econômicos e ambientais e nos relatórios e projetos executivos;

nº 1.064/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que seja criado um grupo de trabalho que conte com representantes do Parlamento nas três esferas federativas, órgãos do Poder Executivo de Belo Horizonte e movimentos populares para que haja escuta e deliberação sobre o destino da área do Aeroporto Carlos Prates;

nº 1.065/2023, das deputadas Beatriz Cerqueira e Bella Gonçalves e do deputado Leleco Pimentel, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que se suspenda a deliberação relativa à alteração do Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, a fim de garantir recursos da outorga onerosa para projetos de destinação do espaço do atual Aeroporto Carlos Prates;

nº 1.074/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja regularizada a situação funcional dos auxiliares de serviços de educação básica contratados temporariamente junto ao INSS, visto que, de acordo com os dados da carteira digital desses trabalhadores, foi lançado pelo Estado, no campo referente à ocupação, “Coletor de Lixo Domiciliar”, que não guarda nenhuma relação com as atividades funcionais desses profissionais;

nº 1.075/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja restabelecida a contagem de tempo de serviço dos servidores públicos estaduais do período de 28/5/2020 a 31/12/2021, a que se refere a Lei Complementar nº 173, de 2020, para fins de aquisição de vantagens e demais adicionais por tempo de serviço, conforme decidido pelo Tribunal de Contas do Estado em 14/12/2022, nos autos do Processo nº 1114737, e pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais em 22/3/2023, nos autos do Processo nº 1.0000.22.293357-4/000, bem como para que sejam pagos os valores retroativos referentes ao referido período;

nº 1.076/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam tomadas, com urgência, as medidas administrativas necessárias para a regularização do repasse da contribuição previdenciária dos servidores estaduais convocados e contratados temporariamente, tendo em vista os indeferimentos de concessão de auxílio-doença, aposentadoria e outros benefícios do INSS por ausência de contribuição previdenciária por parte do governo do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária de amanhã, dia 12/4, às 16 horas, para debater a Proposta de Emenda Constitucional nº 71/2021, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2023.

João Magalhães, presidente – Beatriz Cerqueira – Rodrigo Lopes.

**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/4/2023**

Às 14h14min, comparecem à reunião a deputada Bella Gonçalves e o deputado Betão, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Leleco Pimentel. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Bella Gonçalves, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação da Ocupação Fábio Alves, localizada na região do Barreiro, em Belo Horizonte, e a ameaça de despejo dos moradores dessa ocupação, visando construir alternativas para a resolução do conflito e a garantia do direito à moradia da comunidade. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Fundação Renova (2/3/2023) e do Ministério Público do Trabalho (16/3/2023). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Os Requerimentos nºs 886, 889 e 890/2023 deixam de ser apreciados em virtude de falta de quorum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Cleide Aparecida Nepomuceno, da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais; Ariane Gontijo Lopes, diretora de Políticas de Promoção e Educação em Direitos Humanos da Subsecretaria de Direitos Humanos da Sedese e coordenadora da Mesa de Diálogo e Negociação de Conflitos Fundiários de Minas Gerais, representando o subsecretário de Direitos Humanos da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social; Cláudia do Amaral Xavier, da Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos e Controle Externo das Atividades Policiais; e os Srs. Aderbal Geraldo de Freitas, representando Claudius Vinicius Leite Pereira, diretor-presidente da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Urbel –; Lacerda dos Santos Amorim, coordenador do Movimento Luta Popular Fábio Alves; Denis Cardoso de Araújo, assessor da deputada estadual Andréia de Jesus; e Frei Gilvander Luis Moreira, assessor da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais – CPT-MG. A presidência registra a participação remota dos Srs. Jorge Lucien Munchen Martins, assessor do Gabinete da Secretaria Nacional de Diálogos e Articulação de Políticas Públicas da Presidência da República do Ministério das Cidades; e Marcelo Fragozo dos Santos, secretário adjunto da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas. A presidenta, na condição de coautora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2023.

Bella Gonçalves, presidenta – Beatriz Cerqueira – Leleco Pimentel.

**ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 13/4/2023**

Às 14h22min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Eduardo Azevedo e Professor Cleiton (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 311/2023 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Eduardo Azevedo). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o

recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.132/2023, da deputada Chiara Biondini, em que requer seja realizada audiência pública para debater a segurança pública nas escolas do Estado;

nº 1.147/2023, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre a existência de parecer de recomendação do Ministério Público que impeça os policiais penais de receberem uma alimentação distinta da que é fornecida aos detentos, e, caso a resposta seja afirmativa, seja informado seu teor e encaminhada cópia da recomendação à comissão.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente.



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a deputada Alê Portela e os deputados Leleco Pimentel, Carlos Henrique e Rodrigo Lopes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/4/2023, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater as perspectivas e desafios do municipalismo na inclusão de pessoa com deficiências do neurodesenvolvimento, sobretudo no que diz respeito ao papel dos municípios mineiros na garantia da acessibilidade às pessoas com transtorno do espectro autista – TEA.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2023.

Cristiano Silveira, presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.550/2022

#### Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas

##### Relatório

De autoria da deputada Ana Paula Siqueira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Aamar Santana do Paraíso – Vale do Aço, com sede no Município de Santana do Paraíso.

O projeto foi inicialmente distribuído para as Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde. Por Decisão da Presidência, em 28/3/2023, foi redistribuído para as Comissões de Constituição e Justiça e de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a associação Aamar Santana do Paraíso – Vale do Aço, com sede no Município de Santana do Paraíso, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca prestar serviços com prioridade na promoção da assistência social, contribuir para a recuperação de dependentes químicos, oferecer apoio psicológico e social aos seus familiares por meio de trabalhos em grupos, palestras e cursos profissionalizantes, promover ações de capacitação e inserção no mercado de trabalho, bem como promover ações de segurança alimentar e nutricional.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela associação Aamar Santana do Paraíso – Vale do Aço, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

### **Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.550/2022, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2023.

Marli Ribeiro, relatora.

## **PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 993/2019**

### **Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 993/2019, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, que estabelece diretrizes para a implementação de ações de proteção e defesa civil nas escolas das redes pública e privada de ensino no Estado, foi aprovado no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

### **PROJETO DE LEI Nº 993/2019**

Dispõe sobre a adoção de medidas voltadas para a defesa civil e a prevenção e a mitigação dos efeitos de acidentes e de atos violentos nas escolas da rede pública de ensino do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O Estado adotará medidas para a promoção, nas escolas da rede pública de ensino do Estado, de atividades relacionadas com a defesa civil e com a prevenção e a mitigação dos efeitos de acidentes e de atos violentos.

Art. 2º – As medidas a que se refere o art. 1º terão como objetivos:

I – promover a capacitação e o treinamento de alunos e profissionais da educação em procedimentos de prevenção e de emergência em caso de ocorrência de desastres, acidentes e atos violentos;

II – incentivar a criação de campanhas educativas sobre as ações de defesa civil e sobre a prevenção e a mitigação dos efeitos de acidentes e de atos violentos nas escolas da rede pública de ensino do Estado;

III – conscientizar os membros da comunidade escolar acerca da importância dos temas relacionados com a percepção de riscos e as formas de prevenção de desastres, acidentes e atos violentos no ambiente escolar e doméstico e em outros locais considerados vulneráveis;

IV – incrementar as ações preventivas de segurança contra desastres em escolas situadas em áreas de risco;

V – incentivar a formação de brigadas de emergência e de equipes de monitores para auxílio especializado, no caso de situações de risco de desastres, acidentes e atos violentos no ambiente escolar.

Art. 3º – A implementação das medidas a que se refere o art. 1º observará as seguintes diretrizes:

I – o desenvolvimento de metodologias de treinamento, que incentivem a participação dos alunos, em procedimentos de prevenção e de emergência em caso de ocorrência de desastres, acidentes e atos violentos no ambiente escolar;

II – a divulgação de informações a respeito das ações de defesa civil e de prevenção e mitigação dos efeitos de acidentes e atos violentos nas escolas;

III – a realização periódica de exercícios simulados para aplicação prática dos procedimentos aprendidos;

IV – a busca de cooperação intersetorial com órgãos e entidades da administração pública, entidades privadas sem fins lucrativos ou voluntários, de forma a promover o aproveitamento de recursos humanos especializados e a otimizar os custos das atividades;

V – a continuidade e regularidade das atividades relacionadas com a defesa civil e com a prevenção e a mitigação de acidentes e atos violentos nas escolas;

VI – a articulação entre os sistemas municipais e estadual de ensino e a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – Cedec-MG – na implementação das ações de defesa civil no ambiente escolar;

VII – a articulação entre os sistemas municipais e estadual de ensino, a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – na implementação das ações de prevenção e mitigação dos efeitos de acidentes e atos violentos no ambiente escolar.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2023.

Doorgal Andrada, presidente e relator – Tito Torres – Enes Cândido – Zé Laviola.

## **PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.790/2020**

### **Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 1.790/2020, de autoria do deputado Zé Guilherme, que declara de utilidade pública a Associação de Apoio ao Lazer, Cultura e Esporte de Lavras – Alcel –, com sede no Município de Lavras, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

### **PROJETO DE LEI Nº 1.790/2020**

Declara de utilidade pública a Associação de Apoio ao Lazer, Cultura e Esporte de Lavras – Alcel –, com sede no Município de Lavras.



A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Apoio ao Lazer, Cultura e Esporte de Lavras – Alcel –, com sede no Município de Lavras.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2023.

Doorgal Andrada, presidente e relator – Tito Torres – Enes Cândido – Zé Laviola.

### **PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.444/2021**

#### **Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 2.444/2021, de autoria do deputado Antonio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a reaver ao Município de Cabo Verde o imóvel que especifica, foi aprovado no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### **PROJETO DE LEI Nº 2.444/2021**

Autoriza o Poder Executivo a doar os imóveis que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar:

I – ao Município de Cabo Verde o imóvel com área de 1.500m<sup>2</sup> (mil e quinhentos metros quadrados), situado na Rua Afonso Pena, naquele município, registrado sob o nº 215, a fls. 221 do Livro 2, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cabo Verde;

II – ao Município de Nepomuceno o imóvel com área de 4.320m<sup>2</sup> (quatro mil trezentos e vinte metros quadrados), situado na Rua Abrahão Massahud, naquele município, registrado sob o nº 7.266, no Livro 2-RG, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nepomuceno.

§ 1º – O imóvel a que se refere o inciso I do *caput* destina-se à construção de um centro administrativo municipal.

§ 2º – O imóvel a que se refere o inciso II do *caput* destina-se ao funcionamento do Núcleo Educacional Dona Henriqueta Rafael de Menezes – Projeto Curumim.

Art. 2º – A doação ao Município de Cabo Verde fica condicionada à disponibilização, por prazo indeterminado, no imóvel a que se refere o inciso I do *caput* do art. 1º, de um espaço adequado ao funcionamento da unidade local da Polícia Civil do Estado.

Art. 3º – O imóvel a que se refere o inciso I do *caput* do art. 1º reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no § 1º do art. 1º ou se, a qualquer tempo, for descumprida a disposição prevista no art. 2º.

Art. 4º – O imóvel a que se refere o inciso II do *caput* do art. 1º reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no § 2º do art. 1º.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2023.

Doorgal Andrada, presidente e relator – Tito Torres – Enes Cândido – Zé Laviola.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.005/2021****Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.005/2021, de autoria da deputada Ione Pinheiro, que cria o selo Empresa Parceira da Mulher no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

**PROJETO DE LEI Nº 3.005/2021**

Cria o Selo Empresa Parceira da Mulher.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica criado o Selo Empresa Parceira da Mulher, a ser concedido às empresas localizadas no Estado que contribuam com ações e projetos relacionados à promoção e à garantia dos direitos da mulher e que cumpram regularmente suas obrigações fiscais e responsabilidades sociais.

Art. 2º – Para a obtenção do Selo Empresa Parceira da Mulher, caberá à empresa interessada:

I – desenvolver programas de incentivo, auxílio, apoio e capacitação profissional voltados à mulher;

II – apresentar carta de compromisso em que conste o planejamento de ações, projetos, programas, convênios ou parcerias com órgãos ou empresas públicas ou privadas, entidades filantrópicas e associações que visem à qualificação profissional, à inclusão, ao bem-estar e ao desenvolvimento da mulher no mercado de trabalho;

III – divulgar políticas públicas ou campanhas adotadas no âmbito do Estado em defesa dos direitos da mulher;

IV – promover ações informativas e afirmativas sobre temas voltados à saúde da mulher, à qualidade de vida, ao empreendedorismo e ao mercado de trabalho;

V – incentivar o pré-natal de funcionárias gestantes;

VI – manter local e condições adequadas para amamentação ou coleta de leite materno pelas lactantes;

VII – promover campanhas, projetos ou programas de promoção da saúde da mulher.

Parágrafo único – A forma e os critérios de concessão do Selo Empresa Parceira da Mulher e os casos de sua revogação serão estabelecidos pelo Poder Executivo, na forma de regulamento.

Art. 3º – O Selo Empresa Parceira da Mulher terá validade de dois anos, podendo ser renovado por igual período, desde que atendidos, no ato da renovação, os requisitos previstos nesta lei.

Art. 4º – A empresa detentora do Selo Empresa Parceira da Mulher poderá utilizá-lo em suas peças publicitárias.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2023.

Doorgal Andrada, presidente e relator – Tito Torres – Enes Cândido – Zé Laviola.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.525/2022****Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.525/2022, de autoria do deputado Coronel Henrique, que confere ao Município de Viçosa o título de Capital Estadual do Doce de Leite, foi aprovado nos turnos regimentais, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

**PROJETO DE LEI Nº 3.525/2022**

Confere ao Município de Viçosa o título de Capital Estadual do Doce de Leite.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica conferido ao Município de Viçosa o título de Capital Estadual do Doce de Leite.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2023.

Doorgal Andrada, presidente e relator – Tito Torres – Enes Cândido – Zé Laviola.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 3.957/2022****Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 3.957/2022, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, que declara de utilidade pública a Associação Esportiva e Recreativa Iguaçu, com sede no Município de Ipatinga, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

**PROJETO DE LEI Nº 3.957/2022**

Declara de utilidade pública a Associação Esportiva e Recreativa Iguaçu, com sede no Município de Ipatinga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Esportiva e Recreativa Iguaçu, com sede no Município de Ipatinga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2023.

Doorgal Andrada, presidente e relator – Tito Torres – Enes Cândido – Zé Laviola.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 10/4/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 17/4/2023, André Luiz de Castro Ferreira, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete de Vice-Liderança do Governo, vice-líder deputada Chiara Biondini;

exonerando Leonardo da Silva, padrão VL-44, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Maria Clara Marra;

exonerando, a partir de 17/4/2023, Leonardo Roberto Ferreira, padrão VL-40, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Chiara Biondini;

nomeando Anderson José da Costa Júnior, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Roberto Andrade;

nomeando André Luiz de Castro Ferreira, padrão VL-49, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Chiara Biondini;

nomeando Leonardo Roberto Ferreira, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete de Vice-Liderança do Governo, vice-líder deputada Chiara Biondini;

nomeando Roberto Pereira da Silva, padrão VL-11, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Santana.

**ERRATAS****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 1º/4/2023, na pág. 69, onde se lê:

“Cleiton Henriques da Silva Pereira”, leia-se:

“Cleiton Henriques da Silva Pereira”.

**ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/4/2023**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/4/2023, na pág. 69, sob o título “Requerimentos”, após o resumo do Requerimento nº 345/2023, acrescente-se o seguinte despacho:

“(– À Mesa da Assembleia.)”.

**ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/4/2023**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/4/2023, na pág. 69, sob o título “Requerimentos”, após o resumo do Requerimento nº 382/2023, acrescente-se o seguinte despacho:

“(– À Mesa da Assembleia.)”.

**ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/4/2023**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/4/2023, na pág. 70, sob o título “Requerimentos”, após o resumo do Requerimento nº 415/2023, acrescente-se o seguinte despacho:

“(– À Mesa da Assembleia.)”.

**ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/4/2023**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/4/2023, na pág. 70, sob o título “Requerimentos”, após o resumo do Requerimento nº 722/2023, acrescente-se o seguinte despacho:

“(– À Mesa da Assembleia.)”.

**ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/4/2023**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 14/4/2023, na pág. 70, sob o título “Requerimentos”, após o resumo do Requerimento nº 824/2023, acrescente-se o seguinte despacho:

“(– À Mesa da Assembleia.)”.